

O projeto, na sua forma originária, é infinitamente simples, e é preciso que o seja, pois deve ser compreendido por todos.

Que nos dêem a soberania de um pedaço da superfície terrestre em relação às nossas legítimas necessidades de povo, e nós nos encarregaremos, nós mesmos, de todo o resto. A formação de uma nova soberania nada tem de ridículo, nem de impossível. Vêmo-la produzir-se hoje em povos que não são, como nós, formados de classes médias, mas bem pobres e incultos e, portanto, fracos. Os governos ou países onde se seve o anti-semitismo têm um vivo interesse em nos proporcionar esta soberania.

Em vista da realização desta tarefa, simples em teoria, complicada na prática, dois grandes órgãos serão criados: A Society of Jews e a Jewish Company.

O que a Society of Jews preparou cientificamente, a Jewish Company o executa praticamente. A Jewish Company se ocupa da liquidação dos interesses materiais dos judeus que se retiram, e organiza em o novo país as relações econômicas.

Não devemos, assim como já foi dito, representar a partida dos judeus como repentina. Efetuar-se-á sucessivamente e durará uma dezena de anos. Em primeiro lugar, partirão os mais pobres para desbastar o país. Segundo um plano previamente organizado, construirão caminhos, pontes, estradas, estabelecerão telégrafos, retificarão rios e edificarão as suas próprias moradas. Seu trabalho produz a circulação; a circulação, os mercados, e os negócios atrairão novos colonos. Pois cada um voluntariamente vem por sua conta e risco. O trabalho que fundamos na terra aumenta o valor do país. Os judeus não tardarão a perceber que um novo campo se abre em permanência com o seu espírito de empresa – até aqui odiado e detestado.

Hoje, se quiserem criar um Estado, é preciso não proceder à maneira do que ocorria há mil anos atrás. É insensato querer voltar a uma civilização antiquada, como queriam certos sionistas. Se, por exemplo, nos achássemos em situação de purgar um país de animais

*Herzl, Theodor, 1860–1904. O Estado judeu. Tradução de David José Pérez. – Rio de Janeiro: Garamond, 1998. Título original: Der Judenstat.

ferozes, não faríamos à imitação dos europeus do século V. Não andaríamos isolados, armados de dardos e lanças, cercaríamos os animais e lançaríamos no meio deles uma bomba de melinite. Se quiséssemos edifícios, não cravaríamos à beira-mar uma estacaria, mas construiríamos como se faz atualmente. Construiríamos mais audazmente, e mais magnificamente, como jamais foi feito antes. Pois dispomos de meios que não existiam nos primeiros tempos históricos.

As nossas camadas sociais mais ínfimas são seguidas “lá” pelas que vêm imediatamente depois delas. As que desesperam presentemente são as primeiras a partir. São conduzidas pelos representantes da inteligência média, por toda a parte perseguida e anormalmente numerosa.

Por este escrito a questão da emigração judaica deve tornar-se objeto de uma discussão geral. Isto não quer dizer que seja preciso proceder à votação, pois, se assim fosse, a causa estaria antecipadamente perdida. Quem não quiser vir, pode ficar. A oposição de indivíduos isolados é indiferente.

Quem quiser ser dos nossos siga a nossa bandeira e combata por ela por meio da palavra, da pena, da ação.

Que os judeus que se declararem partidários da nossa idéia de Estado se reúnam em volta da Society of Jews. Assim, esta adquire, em relação aos governos, a autoridade necessária para falar e para tratar em nome dos judeus. A Sociedade é reconhecida, para me exprimir por analogia com o direito internacional, como potência política “constituente”. Em consequência, o Estado judeu poderia também já ser considerado como formado. Se agora as potências se mostram dispostas a conceder ao povo judeu a soberania de um território neutro, a Society of Jews deliberará a respeito do país a adquirir. Dois territórios se tomam em consideração: a Palestina e a Argentina. Experiências de colonização judaica dignas de nota se realizaram nesses dois pontos, sem dúvida agindo pelo falso princípio de infiltração sucessiva. A infiltração deve sempre acabar mal. Pois, regularmente, chega o momento em que o governo, a instâncias das populações, que se sentem ameaçadas,

detém a influência ulterior dos judeus. Por consequência, a emigração não tem verdadeiramente razão de ser se não assentar em a nossa soberania assegurada.

A Society of Jews negociará com as autoridades soberanas dos territórios em questão, e isso sob protetorado das potências européias, se a coisa for de seu agrado. Podemos conceder à autoridade soberana do país de quem queremos fazer a aquisição vantagens enormes, tomar a nosso cargo uma parte da dívida pública, construir estradas de grande comunicação de que nós mesmos temos necessidade, e muitas outras coisas. Entretanto, os países vizinhos ganham já pela formação do Estado judeu, porque, em grande ponto como em pequeno, a civilização de um país qualquer aumenta o valor dos territórios que o cercam.

Palestina ou Argentina

Devemos preferir a Palestina ou Argentina? A Sociedade aceitará o que lhe derem, tendo em consideração as manifestações da opinião pública judia a este respeito. Ela verificará uma e outra.

A Argentina é um dos países naturalmente mais ricos da terra, de uma superfície colossal, com uma fraca população e um clima temperado. A Argentina teria interesse em ceder-nos um pedaço de território. A atual infiltração judaica produziu aí, é certo, mau humor. Seria preciso explicar à República Argentina a diferença essencial da nova migração judia.

A Palestina é a nossa inolvidável pátria histórica. Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo. Se S. M. o Sultão nos desse a Palestina, poderíamos tornar-nos capazes de regular completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Ficaríamos como Estado neutro, em relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência. No que concerne aos lugares santos da cristandade, poderíamos encontrar uma fórmula de extra territorialidade em harmonia com o direito

internacional. Formaríamos a guarda de honra em volta dos lugares santos e garantiríamos com a nossa existência o cumprimento deste dever. Essa guarda de honra seria para nós o grande símbolo da solução da questão judaica, depois de dezoito séculos de cruéis sofrimentos.

A Necessidade. O Órgão. As Relações

No penúltimo capítulo disse: “A Jewish Company organiza as relações econômicas em o nosso país”. A isso creio dever juntar alguns esclarecimentos. Um protesto como o presente está ameaçado na sua base se a gente “prática” se pronuncia contra ele. Ora, a gente prática não é, em geral, mais do que rotineira, incapaz de sair de um círculo estreito de idéias antiquadas. Mas sua oposição é de um grande peso e pode ser muito nociva ao novo Estado, tanto tempo quanto o novo não for bastante forte para alijar a “gente prática” com as suas idéias caducas.

Quando apareceu o trem de ferro na Europa, achou-se “gente prática” que denunciou a construção de certas linhas como insensata, “porque nem haveria bastantes passageiros para a diligência”. Não conheciam ainda, então, esta verdade que hoje nos aparece como elementar: que não são os passageiros que fazem surgir os trens de ferro; mas que é o contrário, o trem de ferro que faz surgir os viajantes, admitindo sem dúvida como reconhecida a existência de uma necessidade latente.

À categoria dessas dúvidas “práticas” que precederam o abastecimento das estradas de ferro pertencerão as hesitações dos que não podem imaginar como em um novo país, ainda por adquirir, por cultivar, devem se estabelecer as relações econômicas entre os recém-chegados.

Um homem prático dirá mais ou menos o que se segue:

“Admitindo que a situação presente dos judeus seja, em muitos lugares, insustentável e que deve piorar cada vez mais, admitindo mesmo que os judeus imigrem, em o novo país, como ganharão a vida e que poderão ganhar? De que viverão? As relações econômicas

entre muita gente não se deixam organizar artificialmente de um dia para outro.”

A isso eu respondo. Não poderia ser questão do estabelecimento artificial de relações econômicas e ainda de semelhante estabelecimento efetuando-se de um dia para outro. Mas se é certo que as relações econômicas não se podem organizar, há entretanto meio de as ativar. Por que meio? Pelo órgão de uma necessidade. A necessidade quer ser reconhecida, o órgão exige ser criado, depois do que as relações se estabelecem por si sós.

Se a necessidade que experimentam os judeus de procurar melhor situação é verdadeira, profunda, se o órgão a criar desta necessidade, a Jewish Company, é suficientemente poderoso, as relações econômicas se estabelecerão em abundância em o nosso país.

Acha-se isso sem dúvida no porvir, do mesmo modo que se achava no porvir, para a geração de 1830, o desenvolvimento dos serviços das estradas de ferro. As estradas de ferro foram todavia construídas. Passaram felizmente por cima das dúvidas dos homens “práticos” da diligência.